



# EDITORIAL

Aline Lima de Oliveira Nepomuceno  
Mônica Andrade Modesto

Pensar a educação ambiental no processo formativo, independente de qual seja o nível e a modalidade de ensino, implica em pensar, antes de tudo, a dimensão ambiental que perpassa os processos educacionais e, por conseguinte, em interdisciplinaridade e transversalidade. No Brasil, os documentos regulamentadores da educação ambiental – a Lei 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP N° 2/2012 que dispõem sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e as suas Diretrizes Curriculares Nacionais, respectivamente – orientam que sua abordagem na Educação Básica e no Ensino Superior não seja como tópico de ensino, conteúdo ou componente curricular específico, mas como dimensão da formação dos sujeitos, perpassando por todo o currículo.

Esse modo de compreender a educação ambiental é defendido também epistemologicamente. Autores que se filiam à tendência crítica da educação ambiental, a exemplo de Marília Tozoni-Reis, Isabel Carvalho, Martha Tristão, Mauro Guimarães, entre outros, concebem-na como dimensão da atividade educacional e humana, coadunando, assim, com o pressuposto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental que a definem como “atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos” (BRASIL, 2012, p. 02).

No entanto, documentos curriculares brasileiros recentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018, e a Resolução CNE/CP N° 1/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BNC-

Formação) desconsideram a compreensão da educação ambiental como dimensão do processo formativo, silenciando-a e invisibilizando-a na Educação Básica e na formação docente à medida que, na BNCC, ela figura como um dos “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2018, p. 19), devendo ser tratado, preferencialmente, de forma transversal e integradora e na BNC-Formação, sequer, é mencionada.

Os desdobramentos desse reducionismo da educação ambiental na Educação Básica e de sua invisibilização na formação docente se refletem na falta de diálogo entre a BNCC e a BNC-Formação com as políticas públicas voltadas para a educação ambiental; na falta de criticidade durante a formação dos sujeitos; na instrumentalização da educação como subserviente aos interesses dominantes por meio do conservadorismo presente em tais documentos e na mordaza posta, tacitamente, em alunos e professores através da reprodução de violência simbólica executada pelas vias curriculares; na manutenção da ordem do sistema econômico vigente e no reprodutivismo do *status quo* do tecido social brasileiro (SILVA, 2021).

Com efeito, os desdobramentos supracitados atendem aos interesses do Estado e, mais especificamente, do atual governo (Jair Bolsonaro – Sem partido) incidindo sobre a degradação socioambiental fomentada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) que tem sido estrategicamente desmontado para restringir a preservação do ambiente e ampliar a destruição através do desaparecimento do poder público no que concerne aos órgãos destinados ao cuidado ambiental, como a Agência Nacional das Águas (ANA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e os departamentos de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável do referido ministério. Desta feita, fica evidenciada a via educacional e curricular como instrumento de reprodução ideológica de um projeto político voltado para a destruição e morte da parcela vulnerável da população em prol da geração de lucro a ser concentrado nas mãos dos super-ricos do país.

Os artigos publicados nesta edição da Revista Sergipana de Educação Ambiental, ao asseverarem e defenderem a educação ambiental como dimensão do processo formativo, apresentam-se como elementos de resistência aos interesses do governo em vigência, desvelando-se em discursos que nos alertam para a necessidade de continuarmos em defesa da educação ambiental e de sua

compreensão enquanto dimensão do processo formativo, mesmo diante de seu silenciamento na BNCC e na BNC-Formação.

O artigo intitulado “Propostas curriculares de Educação Ambiental: panorama dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas dos Institutos Federais do Sul do país” ancora-se na concepção crítica da educação ambiental e da necessidade de ser trabalhada na condição de dimensão na formação docente de professores de Ciências e Biologia, trazendo à baila a urgência de ressignificação conceitual e prática nos cursos investigados que ainda permanecem reproduzindo discursos conservadores e ecológicos relacionados à educação ambiental.

No texto “Educação Ambiental no município de Itabaiana/SE: reflexões, percepções e aplicações”, as autoras discutem a educação ambiental em uma perspectiva interdisciplinar ao tempo em que elencam análises de práticas socioambientais desenvolvidas no contexto sergipano, demonstrando, ao final, possibilidades para uma compreensão crítica da problemática socioambiental na Educação Básica por intermédio de ações educacionais focadas no desenvolvimento de valores e atitudes com vistas à ética ambiental.

Em “Um modelo de educación ambiental basado em educación de los niños, participación y control social e alineamiento com la comunidad internacional: un estudio comparativo entre Brasil y Peru”, os autores se debruçam sobre conceitos e estratégias de educação ambiental e sustentabilidade no contexto da América do Sul partindo da análise das políticas públicas vigentes nos países supracitados e, ao final, propõem um modelo formativo que vislumbra o entendimento e desenvolvimento prático de um novo paradigma acerca da educação ambiental embasado no desenvolvimento de consciência ecológica de crianças e na participação social.

“As correntes da Geografia e da Educação Ambiental presentes na BNCC e nas DCNEA” traz uma análise das tendências epistemológicas ambientais que se apresentam de forma explícita e implícita nos documentos em pauta relacionando-as ao ensino de Geografia, apontando a necessidade de ressignificação conceitual do que está posto no currículo da Educação Básica a fim de transformação das práticas educacionais em práxis pedagógicas.

No escrito intitulado “Contribuições da formação inicial de professores no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para a educação ambiental”, é levantada a discussão sobre a importância da inserção da educação ambiental na formação docente por meio de uma análise sobre atividades referentes ao PIBID, desenvolvidas entre 2013-2015 no cenário pernambucano, realizadas à luz da tendência crítica e do pensamento freiriano e apresentando, ao final, possibilidades para o desenvolvimento da criticidade através da implementação de questões socioambientais nos currículos de cursos de licenciatura.

O texto “A dimensão ambiental na proposta pedagógico-curricular para a formação de pedagogos e pedagogas” apresenta uma investigação sobre a presença da educação ambiental no currículo de um curso de licenciatura em Pedagogia ofertado no Estado de Sergipe e o diagnóstico de que se faz necessário ampliar a interdisciplinaridade e transversalidade na formação de pedagogos a fim de enfatizar, criticamente, a relação entre a educação e a problemática socioambiental e a sustentabilidade e a sua urgência na via curricular, não podendo ser reduzida a um componente curricular.

No artigo “A importância das matas ciliares para a proteção das nascentes de água: uma proposta educacional para o terceiro ano do Ensino Fundamental”, os autores analisam os resultados emergentes de uma sequência didática aplicada com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e evidenciam como a interdisciplinaridade contribui para a transformação de mudanças atitudinais em crianças, demonstrando o potencial transformador da dimensão ambiental em atividades pedagógicas desenvolvidas na infância.

Em “Educação Ambiental: prática docente na educação básica”, urge a preocupação em analisar a presença e/ou ausência da Educação Ambiental na Educação Básica e identificar os motivos para essa realidade. Com isso, os autores teceram considerações provenientes do ponto de vista dos docentes, a partir de entrevistas estruturadas bem como da análise dos registros dos professores. A partir da leitura deste texto é possível concluir que a Educação Ambiental é considerada como fator importante na Educação Básica, entretanto, a formação inicial e continuada de professores/as é fragmentada, e, em muitos casos, especialmente

durante a formação dos e das docentes entrevistados e entrevistadas a Educação Ambiental não esteve presente.

Mediante tais produções científicas, desejamos contribuir com esse número para a reflexão em torno da educação ambiental e das estratégias de ocultamento curricular que vem pairando sobre ela no contexto atual, bem como para o despertar de transformações de pensamentos e atitudes no âmbito formativo, almejando possibilidades de enfrentamento à problemática socioambiental e ao amordaçamento da criticidade na formação presente nos documentos curriculares regulamentadores da educação brasileira, a BNCC e a BNC-Formação.

Desejamos uma boa leitura!

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2/2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2/2015**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso: 25 jul. 2021.

SILVA, Silvana do Nascimento. O silenciamento da educação ambiental na BNCC: implodir a base por dentro. **YouTube**, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9RLYK5B1fH8>. Acesso em: 25 jul. 2021.